

III SEMINÁRIO DO GEPALE E ENCONTRO DO PROCAD/CAPEX

A política de educação integral no Brasil:
tensões e possibilidades

30 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018
Faculdade de Educação da Unicamp

RESUMOS



**III Seminário do GEPALE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e
Avaliação
Educaional**

“A política de educação integral no Brasil: tensões e possibilidades”

Introdução

A educação integral no Brasil, enquanto política nacional, tem se configurado como uma proposição e iniciativa de caráter pedagógico, que objetiva favorecer a ampliação da jornada escolar, bem como a formação integral de crianças e jovens da educação básica. A iniciativa fomenta o debate acerca dos objetivos, da função social, do processo de ensino e aprendizagem, da organização curricular e escolar, no que se refere ao tempo e espaço destinados ao processo formativo da população escolar.

Embora a política nacional de educação integral se legitima, nos anos 2000, no Brasil, especialmente em virtude de sua inserção na legislação nacional: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014, Plano de Desenvolvimento da Educação – Compromisso Todos pela Educação – Decreto n. 6.094/2007, Programa Mais Educação– Portaria Normativa Interministerial n. 17 de 24/04/2007; Decreto 7.083/2007, a garantia de ampliação de jornada escolar e formação integral não é recente.

Para Cavaliere e Coelho (2002), a relação entre a educação e o tempo se faz necessária, quando se concebe uma educação transformadora e se almeja constituir um modelo de organização escolar vinculado a um projeto educacional efetivamente democrático. Na análise de Gallo (2002), além do caráter democrático, a educação integral poderia ser compreendida como uma possibilidade de abandono do modelo hegemônico de transmissão de informações e valorização de um processo educacional que privilegie a curiosidade, a busca, a construção de saberes por indivíduos atentos às necessidades contemporâneas.

Ainda de acordo com Gallo (2002), a educação integral prescinde de alguns elementos norteadores, com destaque para: o caráter permanente, uma vez que o ser humano encontra-se em processo de mudança e construção; o estabelecimento de inter-relações entre os diferentes saberes pelo educando; e a articulação entre a individualidade e a coletividade. Esses elementos destacados por Gallo (2002) favoreceriam a prática de uma proposição de educação integral, pautada em três instâncias básicas: *a educação intelectual, a educação física, a educação moral e a educação profissional*, mediante a politecnia.

A política de educação integral, a partir do marco legal recente, também tem sido vinculada à educação de jornada ampliada, sendo que essa nomenclatura, em alguns momentos tem sido utilizada como sinônimo ou em outros para retratar a questão da formação integral do aluno (educação integral) e a ampliação do tempo escolar (educação de jornada ampliada). Abaixo, seguem os marcos legais, que as fundamentam:

Quadro 1: Marco Legal – Educação Integral (1996 a 2014)

Ano	Legislação	Conteúdo
1996	Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
2007	Portaria Normativa Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007	Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.
2007	Portaria Normativa Interministerial nº19, de 24 de abril de 2007	Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, com o objetivo de definir critérios, visando à construção de quadras esportivas ou infraestrutura esportiva em espaços escolares.
2007	Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

2007	Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.
2009	Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.
2009	RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
2009	Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009	Institui o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional.
2009	RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 67, de 28 de dezembro de 2009	Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
2010	Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010	Dispõe sobre o Programa Mais Educação.
2010	PORTARIA FNDE nº 873, de 1º de julho de 2010	Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2011
2011	Passo a Passo Mais Educação 2011	O Passo a Passo do Programa Mais educação apresenta um conjunto de orientações para a organização da escola no processo de implementação da educação integral, de forma a atender ao desafio de vincular aprendizagem e vida.
2012	RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
2012	Portaria do Ministério da Educação nº 798, de 19 de Junho de 2012	Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue.
2013	Portaria Conjunta MEC/SEB/SECADI nº 71, de 29 de novembro de 2013	Institui o Comitê Gestor do PDDE Interativo e dá outras providências.

2013	RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 34, de 6 de setembro de 2013	Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.
2013	RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 40, de 16 de outubro de 2013	Altera o Parágrafo 5º do Artigo 4º da Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2013 que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.
2014	Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
2014	Manual Operacional de Educação Integral 2014	Orientações para a participação das escolas públicas do Ensino Fundamental no Programa Mais Educação. Lista as atividades fomentadas pelo programa, organizadas por Macrocampos.

Fonte: site do Ministério da Educação, acesso 17 de fevereiro de 2016.

Esse arcabouço de 19 legislações constituiriam as bases normativo-jurídicas que fundamentam a política de educação integral no país. Contudo, é a Portaria Normativa Interministerial n.17, de 24 de abril de 2007 e o Decreto n.7.083 de 27 de janeiro de 2010, que fixam e estabelecem definições mais precisas e indicam formas de organização administrativa e pedagógica referentes à educação integral, no país, através do Programa Mais Educação. Neste sentido, observa-se que a educação em tempo integral se refere à ampliação da jornada escolar e as possibilidades de oferta de atividades em espaços escolares e não escolares.

O Programa Mais Educação tem apontado o estabelecimento de diretrizes, atribuição de funções entre os entes federados, assegurando a efetividade da

Educação Integral, com base no estabelecimento de políticas Inter setoriais, descentralizadas em que a territorialidade favoreça a articulação institucional e a cooperação técnica (BRASIL, 2009).

Embora a política de Educação Integral, para se estabelecer em estados e municípios brasileiros, tenha previsto a constituição de um Fórum Interministerial e de um Comitê Metropolitano, com o intuito de articular as ações dos governos (federal, estadual e municipal), instituições sem fins lucrativos, que representam a sociedade civil organizada, têm tido destaque no desenho, formulação e implementação de diversas propostas.

Considerando esse cenário educacional, o III Seminário do GEPALE se configura, problematizando as possibilidades e tensões estabelecidas pela política de educação integral, na última década. A fim de possibilitar essa problematização, o evento terá os seguintes objetivos:

- 1) Problematizar a trajetória da educação integral no Brasil, a partir dos anos 2000;
- 2) Debater a política de educação integral adotada e as propostas de ações articuladas entre os governos federal, estadual e municipal;
- 3) Promover a integração de pesquisadores nacionais e internacionais da área de política e avaliação educacional, a partir da temática educação integral.

SUMÁRIO

EIXO 1 – DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	10
1. A TRAJETÓRIA POLÍTICO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	10
2. AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE PROJETO BURAREEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃOJORNADA DE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	11
3. PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	12
4. EDUCAÇÃO INTEGRAL ENQUANTO POLÍTICA: VIVÊNCIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETRÓPOLIS	13
5. A GEOGRAFIA DO ENSINO INTEGRAL EM SÃO PAULO	14
6. O TRABALHO DOCENTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	15
7. O ENSINO MÉDIO É UM CAMPO IDEOLÓGICO EM DISPUTA: EDUCAÇÃO DUAL SUBJACENTE À EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?	16
8. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AGENDA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA.....	17
9. OLHARES SOB A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....	17
10. A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A HISTÓRIA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO	18
11. O ENSINO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – CONCEPÇÃO NEOLIBERALISTA?	19
12. IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE APLICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL E DO CAMPUS DE EXCELENCIA DA UERR, NA ESCOLA ESTADUAL PROF. SEVERINO G. G. CAVALCANTE, EM BOA VISTA/RR.....	20
13. DO “ PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” AO “ PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO”: UM OLHAR À LUZ DAS RESOLUÇÕES DO FNDE.	21

14. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: Apontamentos em torno do Programa Mais Educação.....	22
15. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE: APONTAMENTOS INICIAIS	22
16. A INCLUSÃO E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ONDE ESTÃO OS INDICADORES?	23
EIXO 2 – DIMENSÃO AVALIATIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	24
1. AVALIAÇÕES EM EDUCAÇÃO SÃO RECURSOS VALIOSOS PARA QUEM?	24
EIXO 3 – DIMENSÃO COMPARADA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	25
1. A PRESENÇA DAS GEOCIÊNCIAS NO ENSINO INTEGRADO PROFISSIONALIZANTE DE BRASIL E PORTUGAL	25
2. EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS DE PROGRAMAS DE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR	26
3. O TEMPO INTEGRAL NO CENSO ESCOLAR	26
4. OLHARES PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL	27
5. OS CENTROS EDUCACIONAIS DE TEMPO INTEGRAL DE MANAUS: ALTERNATIVA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL?	28
EIXO 4 – DIMENSÃO COTIDIANA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PÚBLICO ALVO	29
1. EDUCAÇÃO PROCESSO HUMANIZADOR DO SER INTEGRAL: CORPO, CONHECIMENTO, ESPIRITUALIDADE, SOCIABILIDADE, EXPRESSÃO, POLÍTICA, CULTURA E ARTE. SENÃO: É ESCOLARIZAÇÃO!.....	29
2. DISCURSO, DOCÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA PERSPECTIVA DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	29
3. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E OS POSSÍVEIS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS.....	30
4. EDUCAÇÃO INTEGRAL E O ENCONTRO DO COTIDIANO ESCOLAR ...	31
5. ADOLESCÊNCIA E ENSINO MÉDIO: AS PRESSÕES SENTIDAS POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA	32
6. EDUCAÇÃO LITERÁRIA AFRODESCENDENTE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DE ORALITURA	32
RODAS CONVERSA	33

1. A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	33
2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL	34
3. PERSPECTIVAS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO APLICADAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISES CRÍTICAS DE TEXTOS E CONTEXTOS	35
4. O RECREIO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: OBA! VAMOS BRINCAR!!.....	36
5. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CAMPO: UM RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ANDARAÍ - BAHIA	37
6. EDUCAÇÃO INTEGRAL COM INTEGRAÇÃO	38
7. INTEGRALMENTE UM ESTUDANTE.....	39
8. EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTEGRAL: Uma Proposta de Trabalho	40
9. ESPECIFICIDADES DO COTIDIANO ESCOLAR DE UMA SALA DE 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DO INTERIOR PAULISTA.....	42

EIXO 1 – DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. A TRAJETÓRIA POLÍTICO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Zelina Cardoso - Grund - UNESP

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo descrever o contexto político-histórico da Educação Integral desde o Programa Escola-Padrão, estendendo-se o rastreamento do estudo pelas Escolas de Tempo Integral e Programa Ensino Integral, implementados na rede estadual paulista. Na pesquisa, de cunho qualitativo, foi utilizada a revisão bibliográfica (livros, artigos e publicações virtuais) e documental (legislação, projetos, programas, etc.). Após a análise da implementação dos programas, chegou-se ao resultado de que há uma legislação pertinente aos interesses da Educação Integral, a qual interfere na jornada de trabalho docente. No que tange ao Programa Ensino Integral o processo progride com lentidão quanto a sua ampliação, o que dificulta a sua extensão a um número significativo de unidades escolares no prazo determinado pelo governo do estado. Paralelamente, surgem situações em que a maioria dos docentes não inseridos no Regime de Dedicação Plena e Integral (RDPI) se submetem à itinerância, às “horas vazias”, além de deixarem de usufruir da Gratificação de Dedicação Plena e Integral (GDPI).

PALAVRAS-CHAVE: educação, programas, tempo integral, jornada de trabalho docente.

2. AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE PROJETO BURAREIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Claudinei Frutuoso-UNIR

Antônio Carlos Maciel-UNIR

RESUMO: A implantação da política de educação integral no estado de Rondônia se inicia no ano de 2005, com a criação do Projeto Burareiro de Educação Integral. O estado, se diferencia dos demais estados da região norte por seu potencial agropecuário e mineral, mas caminha a passos lentos em sua política educacional nas diversas frentes. Esbarrando em propostas pouco efetivas e mal planejadas, a educação integral desenvolvida no estado de Rondônia e no Brasil oscila entre a euforia e o descontentamento, com modelos pensados e realizados em diversas regiões, sem investimentos suficientes para alavancar uma proposta eficiente e duradoura para o país. A descontinuidade, má gestão dos recursos, falta de pessoal qualificado se apresentam como problemas a serem superados. Assim, o objetivo deste estudo é fazer uma análise da política de educação integral implantada em Ariquemes e seu percurso tendo como recorte temporal o período 2005-2013. Esse é marca a implantação da proposta de educação integral, sua substituição e expansão dentro do próprio município. Com base no resultado desse percurso, chega-se a conclusão de que uma proposta pedagógica que não esteja dentro dos marcos da orientação oficial dificilmente será implementada, com sucesso, no âmbito da rede oficial de ensino; mesmo as propostas oficiais, intencionalmente ou não, padecem de todo tipo de dificuldade: rotatividade de pessoal, descontinuidade, investimento reduzido em pessoal e equipamentos, falta de investimento em estrutura física, baixo investimento em formação profissional em gestão; finalmente, a experiência pedagógica do Projeto Burareiro de Educação Integral demonstrou que é possível aplicar uma teoria à prática e dela extrair resultados significativos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação integral. Educação de tempo integral. Politecnia. Projeto Burareiro. Programa Mais Educação.

3. PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Flávia Gonçalves da Silva - UNIRIO

Elisangela da Silva Bernado - UNIRIO

RESUMO: A educação é um direito público subjetivo e palco de disputas de grupos distintos na sociedade brasileira marcada pela imensa desigualdade social. Vista como direito de todos, ainda se configura como uma dívida social para muitos brasileiros. E é no Ensino Médio que essa dívida aumenta. Muitos jovens não ingressam no ensino médio e quando ingressam e concluem, não o fazem de forma adequada. A Educação Integral por diversas vezes vem sendo apontada como a saída pra a solução do problema da qualidade da educação no Brasil. Mais recentemente, o Ensino Médio começou a integrar os Programas de Indução de educação integral em Tempo Integral. O presente artigo busca apresentar os elementos que compõem o debate atual sobre o tema como também explicitar o contexto histórico em que o Ensino Médio Inovador foi criado e como vem sendo implementado no Estado do Rio de Janeiro em Escolas de Ensino Médio e para tanto nos apoiamos nos principais ordenamentos jurídicos produzidos pós Constituição Federal do Brasil de 1988 e nas reflexões de autores como Coelho (2009), Frigotto (2010, 2011,2017). A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, apoiada principalmente na análise documental e na pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio, Ensino Médio Inovador, Educação em Tempo Integral.

4. EDUCAÇÃO INTEGRAL ENQUANTO POLÍTICA: VIVÊNCIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETRÓPOLIS

Elaine Silva Mateus- UERJ

Lincoln Tavares Silva- UERJ

RESUMO: Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado intitulada 'Educação Integral da rede municipal de ensino de Petrópolis: sentidos atribuídos pelos diferentes atores' que apresenta uma questão discutida no âmbito educacional – a adoção da Educação Integral, visto que havia uma política educacional municipal que apontava para uma pluralidade de modelos de Educação em Tempo Integral que se apresentam como possibilidades variadas de construção deste tipo de educação. A relevância do presente trabalho está em proporcionar uma reflexão sobre o processo de efetivação e desenvolvimento desta política. Tendo como objetivos: analisar o desenvolvimento da construção da Educação Integral enquanto política educacional que se fizeram no período de 2013 a 2017, identificando suas possibilidades e dificuldades. Por reconhecer que para analisar uma política educacional é importante partir dos beneficiários: estudantes e suas famílias (ARROYO, 1988), foi realizada a pesquisa sobre os sentidos atribuídos pelos beneficiários à educação integral. Deste modo, a proposta metodológica utilizada é de cunho qualitativo, fundamentada na abordagem teórica das representações sociais (MOSCOVICI, 2003), que se baseia em produções simbólicas que se adaptam mais à complexidade e às dinâmicas da vida e assumem características específicas de acordo com o contexto dos grupos sociais, permitindo desta forma, explicações e compreensões mais profundas dos fenômenos sociais a partir da escuta dos envolvidos no processo em questão. As considerações finais apontam para a desresponsabilização do poder público, pois revelaram um distanciamento entre a Política Pública planejada e a ação desenvolvida no interior das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral - Tempo Integral - Política Educacional

5. A GEOGRAFIA DO ENSINO INTEGRAL EM SÃO PAULO

Eduardo D. Giroto - USP

Felipe Garcia Passos - USP

João Victor Pavesi de Oliveira - USP

RESUMO: Com o objetivo de reconhecer a relevância da dimensão geográfica na análise de políticas educacionais, este artigo se debruça sobre o Programa Ensino Integral (PEI) implementado pelo Governo Estadual de São Paulo desde de 2011. Para isso, analisaram-se as 50 escolas do Programa localizadas na cidade de São Paulo, observando a dinâmica no IDESP, o nível socioeconômico dos estudantes e a escolaridade das mães das PEI e de outras escolas de tempo parcial no seu entorno. Pode-se verificar que tal Programa tem ampliado a desigualdade entre as unidades escolares da rede estadual, levando a um progressivo efluxo de matrículas e concentração de estudantes com elevado perfil socioeconômico nas escolas PEI. Ainda, através da elaboração de mapas correlacionando dados educacionais e socioespaciais, foi possível demonstrar como a localização das escolas pouco reflete a vulnerabilidade social da população da capital paulista, reforçando a lógica de produção de uma escola de excelência em áreas já beneficiadas por outros equipamentos públicos. Concluímos assim que, apesar de proporcionar melhores resultados nas avaliações externas, o Programa Ensino Integral tem caminhando na contramão do direito à educação, produzido ilhas de excelência em um mar de fracasso escolar e evasão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Integral, dimensão geográfica, direito à educação.

6. O TRABALHO DOCENTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Samanta Antunes Kasper – UNESP

Renata Portela Rinaldi – UNESP

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar como o trabalho docente é abordado na política de Educação integral a partir do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação e do Programa Mais Educação, baseando-se nos princípios da análise de conteúdo. Considerando os processos de implantação e implementação das escolas de tempo integral no país que têm apontado para alguns dilemas que precisam ser enfrentados nesse percurso, aliado a outros que permeiam o local de trabalho dos professores, indaga-se sobre a possibilidade desse cenário estar implicando ou contribuindo para o desenvolvimento do mal-estar nos docentes. Os resultados demonstram que o trabalho docente aparece de maneira tímida no contexto da produção de textos das políticas para Educação integral e que o mesmo é abordado superficialmente, sem detalhar como as propostas que se dirigem ao mesmo serão colocadas em práticas, não havendo assim veemência ao mencionar o professor que atua na escola de tempo integral.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Política educacional. Plano nacional de educação. Plano municipal de educação. Programa Mais Educação.

7. O ENSINO MÉDIO É UM CAMPO IDEOLÓGICO EM DISPUTA: EDUCAÇÃO DUAL SUBJACENTE À EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

Ana Lara Casagrande – UNESP

Joyce Mary Adam de Paula e Silva – UNESP

RESUMO: Neste trabalho objetivamos refletir sobre as orientações de expansão do ensino integral para o Ensino Médio, considerando o fato dessa etapa educacional estar, ao longo dos anos, em disputa no sentido ideológico entre uma formação emancipadora e uma cuja funcionalidade está voltada ao mercado de trabalho. De fato, acredita-se na necessidade de olhar para o Ensino Médio do ponto de vista crítico, buscando discussões pedagógicas que considerem a nova juventude recebida pelas escolas, sobretudo a pública. A educação integral viria enquanto resposta aos problemas apresentados, como alta evasão e distorção idade/série nessa etapa da Educação Básica. Antes da aprovação dessa reforma em âmbito nacional, os estados de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo deram os passos iniciais na implantação do ensino integral em suas redes de ensino. Do modo como a reforma foi aprovada, via Medida Provisória, faz com que a consideremos apressada, antidemocrática e que sua flexibilização esteja voltada a um determinado grupo de jovens. Nesse sentido, chama-se a atenção para a possibilidade de estabelecer, enquanto política pública, uma educação dual, nos moldes do que se fez historicamente com a aprendizagem dos ofícios manuais para os escravos e a preparação dos filhos das elites para postos de comando e estudos superiores.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Educação em Tempo Integral. Reforma.

8. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AGENDA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA

Jaqueline da Conceição Camargo – UNICAMP

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a pesquisa – em andamento – sobre as experiências das políticas de educação integral em estados brasileiros, considerando as tipologias de educação integral apresentadas por Parente (2016) em que se debruça sobre a ampliação da jornada escolar com a identificação e análise das ações desenvolvidas por atores da sociedade civil organizada na implementação da educação integral na agenda da política nacional de educação, estabelecendo redes políticas com o poder público através do que Olmedo (2013) identifica como governança filantrópica, a partir do Programa Mais Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mais Educação; Educação Integral; Governança Filantrópica; Redes Políticas.

9. OLHARES SOB A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Danilo Simoni – Furb

Mônica Maria Baruffi - Furb

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar a caminhada realizada pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná-PR. Buscando identificar os avanços pedagógicos junto às atividades complementares e a preparação dos profissionais da educação junto a Educação em Tempo Integral. Os dados selecionados remontam de 2007 a 2016, apresentando a Trajetória da Educação Integral no Brasil - projeto este idealizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE) em parceria com o Grupo de Pesquisa em Filosofia e

Educação (EDUCOGITANS) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

PALAVRAS CHAVE: Educação; Paraná; Integral.

10.A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A HISTÓRIA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Caroline Maria Florido – UNICAMP

RESUMO: Este texto é uma síntese da discussão da pesquisa de doutorado que tem como objetivo principal estudar a história do Programa Mais Educação e sua relação com as propostas de escola de tempo integral vigentes no Estado de São Paulo, entre 2006 e 2016, tendo como categoria principal o estudo do tempo escolar, em sua relação com a sociedade atual. O Programa Mais Educação será o objeto da análise da relação histórica entre a escola de tempo integral no Estado de São Paulo e as novas demandas formativas exigidas pelo mercado de trabalho em transformação no capitalismo brasileiro, articulado com a política econômica global. Sabe-se que o Programa Mais Educação teve êxito em seu objetivo de induzir a expansão da escola de tempo integral em todo o Brasil e em fomentar a realização dos projetos existentes no Estado de São Paulo. A esta pesquisa interessa a especificidade do programa no Estado de São Paulo por sua referência histórica na produção de políticas educacionais para a escola de tempo integral e na tradição da realização de parcerias público-privadas. Diante das experiências paulistas e da execução do Programa Mais Educação esse estudo questiona se a escola de tempo integral pode equivaler-se à uma educação integral. A partir da história do programa e sua relação como os Comitês Territoriais de Educação Integral, pretende-se investigar o significado econômico, social e cultural do tempo escolar para a formação das gerações futuras e entender como a escola de tempo integral contribui para a dinâmica do capital, com a produção e reprodução da força de trabalho, sob

constante aumento de exigências de produtividade, competitividade e eficiência, características do setor privado e empresarial.

PALAVRAS CHAVE: escola de tempo integral; Programa Mais Educação; São Paulo

11.O ENSINO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – CONCEPÇÃO NEOLIBERALISTA?

Carolina Machado d'Avila - UNICAMP

RESUMO: A proposta deste trabalho é identificar alguns aspectos gerencialistas na proposta pedagógica do ensino integral implementado no Estado de São Paulo. Inicia-se apresentando o crescimento do número de matrículas nesta modalidade de ensino, realçando a quantidade de alunos da rede estadual paulista. Foram destacados termos e expressões que caracterizam uma possível concepção neoliberal do programa, tanto na legislação que o regulamenta como nos documentos que norteiam sua concepção pedagógica, em especial, o foco no desenvolvimento de competências. Finalizando, foi feita uma breve consideração da relação desta concepção neoliberal e sua relação com a presença, cada vez maior, de fundações e institutos influenciando a Educação, não só no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino integral. Neoliberalismo. Fundações.

12.IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE APLICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL E DO CAMPUS DE EXCELÊNCIA DA UERR, NA ESCOLA ESTADUAL PROF. SEVERINO G. G. CAVALCANTE, EM BOA VISTA/RR

Josias Ferreira da Silva – UERR
Debora Cristina Jeffrey – UNICAMP

RESUMO: A educação de tempo integral no Brasil tem se configurado como uma proposta pedagógica, que objetiva favorecer a ampliação da jornada escolar, bem como a formação integral de crianças e jovens da Educação Básica, fundamentada pelo ECA (1990), CF/1988, LDB 9.394/1996, PNE 13.005/2014, Plano de Desenvolvimento da Educação - Compromisso Todos pela Educação - Decreto n. 6.094/2007, Programa Mais Educação - Portaria Normativa Interministerial n. 17 de 24/04/2007; Decreto 7.083/2007 e Decreto nº 6.253/2007 – Dispõe sobre o FUNDEB; e diversos teóricos que embasam esta pesquisa e tratam da escola de período integral, progressão continuada, política da educação brasileira, destacando: Aguilar (2013), Azevedo (1997), Ball e Mainardes (2011), Barreto (2009), Chaves (2002), Coimbra (2002), Jann e Wegrich, (2007), Jeffrey (2011, 2012, 2013, 2015), Menezes e Leite (2012), Nunes (2000), dentre outros. Sendo assim, esta comunicação foi aprovada pelo Programa de Pós-graduação da FE/Unicamp e apresenta um Projeto de Pesquisa que será desenvolvido no GEPALE, neste ano de 2018. Seu objetivo é Implantar a Escola de Aplicação de Tempo Integral e o Campus de Excelência da Universidade Estadual de Roraima - UERR, nas dependências da Escola Estadual Prof. Severino G. Gomes Cavalcante, que atende alunos do Ensino Médio, na cidade de Boa Vista/RR, através de uma gestão pública compartilhada em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Desportos do Estado de Roraima - SEE, implantando também cursos de extensão e pós-graduação, com o intuito de capacitar professores da Educação Básica, em parceria com o Centro de Formação de Professores de Roraima - CEFORR, a fim de proporcionar uma educação de Tempo Integral de excelência, de modo a tornar-se referência no modelo de gestão em educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Escola de Aplicação; Campus de Excelência; Formação de Professores, Políticas educacionais.

13.DO “ PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” AO “ PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO”: UM OLHAR À LUZ DAS RESOLUÇÕES DO FNDE.

Lívia Moura Delfino da Costa

RESUMO: O Programa Mais Educação faz parte da estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil. Ele foi implementado no período de 2007 a 2016, ano em que foi instituído o Programa Novo Mais Educação. Dessa forma, o presente artigo busca identificar as semelhanças e diferenças em relação aos Programas por meio da análise das legislações que instituíram os Programas e das Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação – MEC. O texto está organizado em três partes: contextualiza a autarquia no cenário político nacional e sua função na implementação dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação; discute as legislações que regulamentaram a criação dos referidos Programas e trata das semelhanças e diferenças na implementação deles a partir da análise das Resoluções do FNDE.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mais Educação. Programa Novo Mais Educação. FNDE

14.A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: Apontamentos em torno do Programa Mais Educação

Célia Regina Appio – Furb

Marisa Elsa Demarchi – Furb

RESUMO: O presente texto tem como objetivo refletir acerca dos encaminhamentos da política educacional, no que se referem ao Programa Mais Educação, do Ministério da Educação no estado de Santa Catarina, entre os períodos de 2007 a 2016. Para isso, buscamos identificar - a partir de uma pesquisa de campo - como a Educação em tempo integral vem se constituindo na rede pública estadual de Santa Catarina.

PALAVRAS CHAVE: Educação Integral. Escola de Tempo Integral. Programa Mais Educação.

15.A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE: APONTAMENTOS INICIAIS

Andréia Nunes Militão - UEMS

Fabio Perboni - UFGD

Vanessa Ramos Ramires Bressan - IFMS

RESUMO: O trabalho em tela integra a pesquisa “Trajetória da Educação Integral no Brasil (2007 a 2015): análise da política educacional em estados brasileiros” desenvolvida no âmbito do GEPALE/Unicamp que tem por objetivo precípuo analisar a trajetória da educação integral no Brasil entre os anos de 2007 a 2015, sob a perspectiva da política educacional em estados brasileiros. O presente trabalho objetiva historiar a implementação da educação integral em três estados brasileiros localizados na Região Centro-Oeste e no Distrito Federal. A partir da análise do número de matrículas de todos os níveis da Educação Básica no período de 2010-2016, objetiva-se verificar em que medida o PNE/2014-2024 induziu ampliação da

educação integral. Para tanto, recorre-se aos seguintes procedimentos de pesquisa a) Revisão de estudos; b) Análise documental, tendo como corpus a CF/1988, o PNE/2014-2024, a LDB/1996 e Planos Estaduais de Educação do MS, MT, GO e DF; e, c) Pesquisa empírica, com vistas a trazer evidências do contexto estudado, a partir de dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), bem como dados disponibilizados por meios digitais oficiais como IBGE. Da análise realizada, depreende-se que existiu um movimento de ampliação da educação integral de forma desigual entre os níveis de ensino, concentrado, sobretudo, no ensino fundamental e na pré-escola. Esse processo teve mais ênfase no período de 2011 a 2013, período onde se observa uma reversão desta tendência com diminuição do número de matrículas em tempo integral, que aparentam estar condicionadas de forma contundente ao ciclo econômico recessivo e de corte de gastos, comprovando que o PNE/2014-2024, até o momento não baliza as ações referentes à temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral. Políticas Educacionais. Região Centro-Oeste.

16.A INCLUSÃO E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ONDE ESTÃO OS INDICADORES?

Ingred Luana Souza Rosário Tanihara – UNICAMP

RESUMO: Este trabalho foi produzido como trabalho final da disciplina “Políticas Públicas da Educação Básica no Brasil” cursada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Apresento a legislação básica criada no Brasil após a década de 1990 sobre pessoas com deficiências. Destaco a abordagem do tema nos PNE de 2001 e 2014 e a falta de dados dos Censos de 2000 e 2010 sobre esse público. Realizo uma breve reflexão sobre a necessidade em ter indicadores que reflitam a realidade para que o direito das pessoas com deficiência à educação seja de fato garantido. A metodologia adotada é a análise bibliográfica. Os resultados encontrados são

ausências de dados tanto com relação aos Censos de 2000 e 2010, quanto aos indicadores e estratégias dos PNE analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Educação inclusiva; Política de inclusão; Pessoas com deficiência; Direitos humanos; PNE.

EIXO 2 – DIMENSÃO AVALIATIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. AVALIAÇÕES EM EDUCAÇÃO SÃO RECURSOS VALIOSOS PARA QUEM?

Wellington Luis Sachetti – CEET Paula Souza

José Vítório Sacilotto – CEET Paula Souza

RESUMO: Iniciamos com uma pergunta para a qual a maioria das pessoas tem uma resposta aparentemente óbvia: A quem compete a avaliação dos alunos? A resposta óbvia a que nos referimos é: A avaliação dos alunos é de responsabilidade dos seus professores. Podemos acrescentar um slogan recorrente no discurso educacional e, sobretudo, na regulação da educação brasileira: A avaliação dos alunos é prerrogativa da escola. Embora os professores integrem a escola enquanto instituição, de qual escola estamos falando? Quando afirmamos que a avaliação é prerrogativa da escola estamos inequivocamente afirmando que a avaliação dos alunos compete aos seus professores?

Este trabalho cuida da avaliação em educação, na e da escola, no território da educação básica, com foco no ensino médio, no horizonte da nova organização desta etapa de ensino, decorrente das alterações legais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em 2017.

EIXO 3 – DIMENSÃO COMPARADA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. A PRESENÇA DAS GEOCIÊNCIAS NO ENSINO INTEGRADO PROFISSIONALIZANTE DE BRASIL E PORTUGAL

Gleise R. B. dos Santos – UNICAMP

Celso Dal Ré Carneiro - UNICAMP

Jorge Bonito - Universidade de Évora, Portugal.

RESUMO: O ensino médio no Brasil tem sido alvo de grandes discussões entre a sociedade, especialistas e políticos, culminando na recente “reforma do ensino médio”. Essa crise educacional brasileira é só o ponto de partida para a necessidade de se avaliar os conteúdos geocientíficos nos currículos escolares da educação básica, em especial a modalidade de cursos de educação técnica integrada ao ensino médio (ETIM), pertencentes aos eixos tecnológicos “Ambiente e Saúde” e “Recursos Naturais”, os quais possibilita amplo desenvolvimento de uma visão integrada da natureza e da interferência humana. Entretanto, a atual situação é de conteúdos fragmentados e diversificação das abordagens no processo de ensino-aprendizagem. O presente projeto tem como objetivo realizar um levantamento de temas geocientíficos presentes no currículo oficial brasileiro dos cursos ETIM e nos currículos de ensino profissional secundário de escolas públicas em Portugal, traçando um comparativo legal e pedagógico da integração curricular em relação ao conteúdo das geociências. Este projeto propõe a discussão das convergências e divergências curriculares no contexto dos seguintes cursos: Meio Ambiente, Controle Ambiental, Topografia, Geodesia e Cartografia, Geoprocessamento, Hidrologia, Saneamento, Agricultura, Agroecologia, Agropecuária, Florestas, Geologia, Mineração, Recursos Minerais. O debate trará à tona a recomposição dos currículos de ensino técnico profissionalizante diante das necessidades básicas dos cidadãos configurarem-se como elementos decisivos nas mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências da Terra, Educação Profissional, Currículo.

2. EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS DE PROGRAMAS DE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

Camila Raquel Benevenuto de Andrade - UFMG

Cibelle de Souza Braga - UFMG

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o cenário internacional e nacional de programas de extensão de jornada escolar, contextualizando experiências latino-americanas, que envolvem países como Chile, Uruguai, Argentina, Venezuela e Brasil. Para cumprir esse objetivo foi feita uma revisão bibliográfica sobre a ampliação da jornada escolar nesses países. Vários autores foram mobilizados para este estudo, destacando-se: Tenti Fanfani (2007), Fanfani; Meo; Gunturiz, (2010) e Moll (2010). A desigualdade educacional histórica nos países da América Latina tem reflexos até nos dias atuais, quando programas e projetos de ampliação da jornada escolar são justificados pelos governos nacionais, estaduais e locais como estratégia para garantir a equidade, ao igualar as oportunidades educacionais. Em todos esses países a implementação de programas desse tipo vem acompanhada do discurso de melhoramento da qualidade educativa e maior equidade social. Em todos os programas abordados neste trabalho nota-se a que a extensão do horário escolar permitiu novas formas de trabalho docente, com novos sujeitos docentes.

PALAVRAS CHAVE: Experiências Latino-Americanas; Ampliação Jornada; Programas de Tempo Integral;

3. O TEMPO INTEGRAL NO CENSO ESCOLAR

Adriana Persiani - UNICAMP

RESUMO: A consolidação e o fortalecimento de uma política educacional requerem diagnósticos sociais bem construídos e o conhecimento dos aspectos mais relevantes da realidade do contexto educacional, muitas vezes expressos na forma de dados estatísticos, que orientem as conclusões, recomendações e a

retroalimentação do saber gerado, possibilitando reflexões que levem à melhora dos níveis educacionais. No Brasil, o principal instrumento de coleta de dados sobre a educação básica é o Censo Escolar, pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Inep, da qual participam todas as escolas públicas e privadas do país. Conhecer a metodologia do Censo Escolar é, portanto, indispensável para aqueles que desejam utilizar seus dados em análises sobre a realidade educacional brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Censo Escolar, Tempo Integral, Jornada Integral, Educação Básica.

4. OLHARES PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL

Gelci Rostirolla – UFSC

Taís Aline Eble – Furb

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo caracterizar um panorama de como se apresenta no ano de 2007 até agosto de 2017 a Educação em Tempo Integral nas escolas públicas estaduais no estado do Rio Grande do Sul, situado na região sul do Brasil, por meio de coleta de dados realizada na Secretaria Estadual de Educação, e se refere aos seguintes tópicos, a saber: o surgimento da educação em tempo integral; parcerias com empresas, ONGs, forma de direção e de ingresso dos profissionais, jornada de trabalho dos docentes e dos especialistas; programas e ações e atividades complementares no Estado do Rio Grande do Sul e foram os tópicos mencionados que possibilitaram a organização e desenvolvimento deste estudo.

PALAVRAS CHAVE: Educação; Integral, Rio Grande do Sul; Escola Estadual; Ensino Público.

5. OS CENTROS EDUCACIONAIS DE TEMPO INTEGRAL DE MANAUS: ALTERNATIVA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL?

Antônio Carlos Maciel

Cintia Adélia da Silva

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo delinear um perfil da educação integral em Manaus, a partir da implantação dos Centros Educacionais de Tempo Integral – os CETIs, iniciada em 2010, para verificar se são uma alternativa pública em relação às propostas de tempo integral. Tendo por base a experiência adquirida com os levantamentos realizados em alguns municípios do estado de Rondônia, procedeu-se à aplicação de um survey multifatorial, combinado com uma entrevista de roteiro fechado, com a finalidade de coletar dados sobre o processo de implantação, com ênfase na estrutura, funcionamento e gestão dos Centros. Os resultados aqui apresentados fazem parte do momento inicial (2013), ainda predominantemente quantitativo, de uma pesquisa em andamento sobre a educação integral em Manaus, cujo momento final, predominantemente qualitativo, está previsto para 2017. Assim, são apresentados aqui o perfil do corpo administrativo, docente e gestor, além da estrutura e funcionamento desse modelo de escola concebido especialmente para atender às finalidades da educação de tempo integral, chegando-se à conclusão de que os CETIs caminham a passos largos para alcançar uma educação integral, senão politécnica, pelo menos de tempo integral qualificado!

PALAVRAS-CHAVE: Educação integral, educação integral politécnica, gestão escolar.

EIXO 4 – DIMENSÃO COTIDIANA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PÚBLICO ALVO

1. EDUCAÇÃO PROCESSO HUMANIZADOR DO SER INTEGRAL: CORPO, CONHECIMENTO, ESPIRITUALIDADE, SOCIABILIDADE, EXPRESSÃO, POLÍTICA, CULTURA E ARTE. SENÃO: É ESCOLARIZAÇÃO!

Elaine Cristina Vieira Ferraz

RESUMO: No texto faço um panorama do município de Vinhedo, apresento suas duas grandes regiões. Há a explanação da motivação da adesão da primeira escola do município no Programa Mais Educação em 2012 e seus desdobramentos. Apresento a parceria com outras secretarias municipais na ampliação da oferta de atividades no esporte, na cultura e nas artes. Elucido uma experiência de sucesso na educação integral: a Fanfarra da Capela.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral – Vinhedo – Fanfarra

2. DISCURSO, DOCÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA PERSPECTIVA DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Daniela Dos Santos Caetano - UNICAMP

RESUMO: O trabalho com a temática das relações étnico- raciais compreende uma das áreas emergentes em educação, produzindo demandas diversas em referência à atuação docente. Neste contexto, buscou-se analisar de que modo são representados pelos (as) professores (as) de uma Escola de Educação Integral, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em consonância com a Lei 10.639/03. Para tanto, utilizou-se como metodologia a análise do discurso e como instrumento de coleta de dados, questionários abertos e semiestruturados. No que tange ao caráter pedagógico, verificou-se a necessidade de formação correspondente à temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação das relações étnico-raciais. Escola de educação integral. Análise do discurso.

3. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E OS POSSÍVEIS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS

Daniela Dos Santos Caetano - UNICAMP

Alana Paula de Oliveira – UNESP

Maria Suzana De Stefano Menin – UNESP

Renata Portela Rinaldi – UNESP

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os espaços reservados à educação em valores em oficinas de um programa de educação integral implantado na rede pública da cidade de Presidente Prudente. Para tanto, foram realizadas observações no âmbito de duas escolas de anos iniciais de ensino fundamental que oferecem oficinas no período oposto ao de ensino regular. Analisamos os ambientes com base nas regras estabelecidas, nas relações entre os professores e os alunos, nos alunos entre si, e entre os alunos e as atividades. A educação integral, por permitir mais tempo de convivência, de socialização e de trabalhos coletivos, pode ser um espaço para se construir valores morais. Nas oficinas investigadas, constatamos que, mesmo que de forma não planejada, os valores morais são transmitidos pelos agentes escolares, seja por meio de conversas, discursos ou imposição de regras. Porém, percebemos que não há uma proposta de educação em valores no sentido de conduzir os alunos a refletirem sobre atitudes e comportamentos em situações conflituosas. Para garantir cumprimento das regras e bom comportamento dos alunos, são utilizadas punições e premiações, bem como o poder de uma autoridade. Observamos que não são adotados procedimentos que oportunizem discussão, reflexão e construção de regras, de valores e de princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Educação em Valores; Valores Morais.

4. EDUCAÇÃO INTEGRAL E O ENCONTRO DO COTIDIANO ESCOLAR

Juliana Gomes Santos da Costa – UNICAMP

Adriana Varani - UNICAMP

RESUMO: O projeto de pesquisa que será, em parte apresentado neste seminário, tem como tema principal as práticas pedagógicas de Educação Integral que acontecem no cotidiano escolar na rede municipal de Campinas. Ele é parte integrante do projeto de doutorado em início de desenvolvimento na FE/UNICAMP, intitulada “Caminhos da Educação Integral na cidade de Campinas: Avaliação da aprendizagem, qualidade social e as dimensões da formação humana. A concepção de cotidiano está pautada na ideia do espaço onde os sujeitos constroem suas artes de fazer, suas táticas em relação às políticas macros, bem como espaço de resistências, em alinhamento com os conceitos de Certeau (2002). O recorte aqui apresentado é o primeiro movimento de pesquisa realizado. Buscando “alinhar” a pesquisa com a preocupação nas concepções circulantes acerca do conceito de Educação Integral, bem como de trabalhos que tem como perspectiva o estudo do/no cotidiano escolar, apresentamos um levantamento que se constitui da revisão sistêmica da literatura. Serão apresentados neste trabalho os dados produzidos por meio do levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no que tange as pesquisas acadêmicas da área. Na pesquisa realizada via BDTD foi utilizado o descritor “Educação Integral”, no período de 2010-2015. A partir da leitura dos títulos e resumos podemos ter uma visão geral da produção de trabalhos que aborda a temática de Educação Integral no período em questão, nos indicando como tal temática está sendo abordada e possibilitando a análise da relação da educação integral com a realidade da escola, verificando os reflexos dessas concepções nas relações estabelecidas na escola e na organização do trabalho pedagógico construído e vivido pelas pessoas que estão na realidade da escola, a dimensão cotidiana da educação integral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral. Cotidiano escolar. Qualidade social. Práticas Pedagógicas.

5. ADOLESCÊNCIA E ENSINO MÉDIO: AS PRESSÕES SENTIDAS POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA

ANA BEATRIZ XAVIER CACHICHI – ETEC Conselheiro Antonio Prado

JAQUELINE LEITE - ETEC Conselheiro Antonio Prado

FLÁVIA DE ALMEIDA GABOS - ETEC Conselheiro Antonio Prado

RESUMO: Este estudo busca identificar as pressões sentidas por alunos da ETEC Conselheiro Antonio Prado, de Campinas/SP, ao longo do ensino médio, em cursos desenvolvidos em período parcial e integral. A investigação foi desenvolvida mediante a aplicação de questionário aos alunos e a uma ‘roda de discussão’ com objetivo de esclarecer algumas respostas e aclarar termos ou representações do questionário. As respostas dos questionários e as informações colhidas no grupo de discussão foram sistematizadas e analisadas. Os resultados indicam que a maioria dos alunos atribui importância ao ensino médio como etapa da sua formação integral. Ao mesmo tempo o aluno do ensino médio se sente pressionado por escolhas e por decisões que envolvem seu futuro pessoal e profissional, com implicações no seu desempenho escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; adolescência; pressões

6. EDUCAÇÃO LITERÁRIA AFRODESCENDENTE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DE ORALITURA

Murilo da Costa Ferreira - UNEB

RESUMO: Este trabalho de comunicação relata parcialmente a experiência desenvolvida em nosso laboratório de pesquisa, de ensino e de extensão de Educação Literária Afrodescendente (UNEB/CNPq), localizado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - Campus XXI – Ipiaú-BA. Tal empreendimento é produto da solicitação de apoio financeiro à realização de atividades de campo nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado da Bahia.

RODAS CONVERSA

1. A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Alana Paula de Oliveira – UNESP

Maria Suzana De Stefano Menin – UNESP

Renata Portela Rinaldi – UNESP

O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT-UNESP. Abordaremos a educação em tempo integral em âmbito municipal, localizando a cidade de Presidente Prudente, com o objetivo de apresentar e discutir os objetivos dessa proposta de educação, as formas de organização das oficinas pedagógicas, no que se refere a conteúdos e metodologias, e o perfil de alunos. As discussões terão como base a literatura da área, bem como os resultados de observações realizadas em duas escolas de anos iniciais de ensino fundamental. Em 2010, a educação em tempo integral, por meio do Programa Mais Educação, foi instituída em Presidente Prudente com a denominação de Programa Cidadescola, com o objetivo de desenvolver a formação integral das crianças e contribuir para a realização de propostas e práticas curriculares para ampliar a oferta de saberes e de atividades socioeducativas. Entretanto, observamos que, a partir de 2017, alguns fatores e intenções que tiveram fundamento na mudança instituída pelo Ministério da Educação com a proposta do Novo Mais Educação influenciaram o planejamento e a organização da educação integral no município. Contatamos que houve um esvaziamento desta educação em seus objetivos e estrutura, em prol do fortalecimento de um modelo instrucional que se resume à complementação de estudos, principalmente em Matemática e Língua Portuguesa, com finalidade de obtenção de melhora nos índices de desempenho escolar. A ampliação da jornada escolar tem se caracterizado como mais tempo de permanência da criança na escola para se realizar atividades concomitantes às do ensino regular. Portanto, consideramos que o Programa Cidadescola não tem contemplado uma educação integral em seu sentido amplo, que possibilite uma formação global, que forme

peessoas para atuarem de forma reflexiva e crítica em sociedade, que aperfeiçoe as relações interpessoais e que amplie o conhecimento de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Educação em Tempo Integral; Programa Cidadescola; Escola Pública.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Cláudio Barbosa Ventura – FASP - FACULDADE DE SANTANA DE PARNAIBA

O surgimento de novas concepções, pedagogias e termos relacionados à educação integral, exige uma constante revisão de paradigmas na prática dos docentes. Nota-se uma enorme profusão de experiências no que concerne a educação e á processos de escolarização. Diversos autores têm debruçando-se sobre essas experiências e construído teorias respeito dos sujeitos aos quais se destinam, porém, é necessário, ampliar o campo teórico no que se refere a função do professor seus processos formativos e sua profissionalização em consonância com a busca por uma educação integral. (Pérez Gómez, 2007, p. 353).

Arroyo (2004, p. 74) destaca a necessidade de que professores ampliem sua visão em relação aos alunos, compreendendo-os —Como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói que está participando de um projeto social.

O artigo 34 da no seu parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantem a ampliação da jornada escolar ao dizer: “a jornada escolar de ensino fundamental inclui pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola; o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério do sistema de ensino”. (BRASIL, 1996). Ao ampliar o tempo, a escola também ampliou a identidade e as funções do professor, nesse sentido a ampliação da identidade não deve levar à descaracterização mas à legitimação da profissão docente de forma organizada e racional (MOURA, 2003, p. 129).

É preciso pensar que perfil de sujeito formar para que o trabalho na escola de tempo integral ocasione uma formação integral e não apenas mais do mesmo na escola. A escola “deve oferecer as bases teóricas para que professores e demais indivíduos encarem e experimentem a natureza do trabalho docente de maneira crítica e potencialmente transformadora” (GIROUX, 1997, p. 28). Urgem assim, pensar o currículo da formação inicial docente, e como as disciplinas tem ajudado o estudante a se construir como profissional docente hábil a se desenvolver e desenvolver sua pratica educativa com efetividade na escola de tempo integral.

3. PERSPECTIVAS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO APLICADAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISES CRÍTICAS DE TEXTOS E CONTEXTOS

Fioravante Castellani Neto

Diante das rápidas, significativas e até mesmo assustadoras transformações no atual cenário brasileiro (tanto político, quanto social, educacional e cultural) o papel do professor de Língua Portuguesa não pode limitar-se ao ensino de Análise Sintática enquanto os alunos não possuírem a habilidade de ler, compreender, relacionar ideias e conceitos, criticamente, de um texto ou um acontecimento, em um determinado contexto. Uma vez que manifestações de extremo conservadorismo está ganhando cada vez mais força no país é imprescindível abordar tais temas em sala de aula, conciliando com o conteúdo programático previsto, de modo a debater com os alunos acontecimentos recentes de notoriedade principalmente nas redes sociais, pois é nestes veículos de informação onde hoje circulam grande parte das notícias que, frequentemente, não são divulgadas ou não ganham tanto destaque pela mídia tradicional, para que, assim, os alunos possam chegar conclusões com autonomia de seus pensamentos. Para tanto, requer-se uma mudança de perspectiva no ensino da língua materna, (re) significando a disciplina para um viés muito mais importante do que a transmissão de conhecimentos das regras da gramática normativa. Esta reflexão sobre o papel do educador de Língua Portuguesa é norteadada a partir de Bobbio (2004)¹, Santos (1997)² e Cury (2002)³, cujos textos

influenciaram na prática um novo olhar para o ensino deste componente curricular. Assim, apresenta-se nesta Roda de Conversa realizada pelo III Seminário do GEPALE e Encontro do PROCAD/Capes ("A política de educação integral no Brasil: tensões e possibilidades") os relatos desta experiência docente com a turma do 3º ano do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, da Escola Técnica Estadual Bento Quirino, em Campinas, durante o ano letivo de 2017.

PALAVRAS-CHAVE: educação básica; educação integral; cenário contemporâneo brasileiro; língua portuguesa

4. O RECREIO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: OBA! VAMOS BRINCAR!!

ELAINE PRODÓCIMO

GABRIEL DA COSTA SPOLAOR

GUSTAVO JOSÉ SANTANA

OLÍVIA CRISTINA FERREIRA RIBEIRO

RICARDO MANOEL DE OLIVEIRA ZAMBELLI

O objetivo do estudo foi analisar o brincar no recreio de uma escola de tempo integral (ETI) do município de Campinas-SP. Levando em conta o aumento do tempo de permanência na escola e considerando o brincar como uma atividade fundamental para a criança, questionamo-nos sobre como se dá o brincar no momento da rotina escolar em que não são realizadas atividades dirigidas pelo adulto. Realizamos pesquisa qualitativa, por meio de observações do recreio de turmas de 4º e 5º anos de uma ETI. No contexto analisado os horários de recreio são organizados por ciclos em dois grupos distintos (1º à 3º e 4º e 5º anos), tem duração de 15 minutos e acontecem em dois períodos, manhã e tarde, sob supervisão de 2 inspetoras para cerca de 150 crianças cada grupo, sem a presença de professores. Durante esse tempo também é servido o lanche no refeitório. O espaço utilizado compreende um amplo pátio externo, parte gramada e parte cimentada com desenhos no chão (caracol e amarelinha), com árvores, muretas,

grades e pilastras. Não são fornecidos pela escola brinquedos ou outros materiais para uso. Observamos cinco horários de recreio. As práticas desenvolvidas pelas crianças foram diversificadas e envolveram desde esportes, como o futebol, até ações lúdicas, como subir em árvores, pular das muretas e carregar uns aos outros (cavalinho). Foram desenvolvidas brincadeiras como esconde-esconde, pega-pega, amarelinha e caracol. Sobre a questão de gênero, algumas atividades foram realizadas conjuntamente por meninos e meninas, contudo observamos alguns contextos generificados como o futebol que foi jogado somente por meninos e a brincadeira de bonecas somente por meninas. Havia alguns brinquedos levados de casa para a escola, porém, também observamos que houve a improvisação de materiais (futebol com caixa de suco vazia). Algumas crianças deixavam de se alimentar permanecendo mais tempo brincando. Com relação ao término do recreio, apesar do toque do sinal, as crianças só paravam de brincar quando os professores se aproximavam para organizar o retorno às aulas. Embora haja pouco tempo para que as crianças brinquem livremente na rotina da ETI observada, elas se utilizam destes tempos destinados de forma intensa.

5. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CAMPO: UM RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ANDARAÍ - BAHIA

Cíntia Pina Dantas Silva

Edite Maria da Silva de Faria

O município de Andaraí, distante 420Km da capital baiana e com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 13.732 habitantes, convive com a experiência da educação em tempo integral desde 2009, quando implantou o modelo em uma turma do ensino fundamental do bairro mais periférico da cidade. A turma, que apresentava resultados insatisfatórios na escola, passou a frequentar mais as aulas e a se interessar pelos conteúdos apresentados em turno oposto. Por conta do resultado positivo, em 2012 o município inaugura a sua primeira escola nesse formato. Atualmente são seis escolas, cinco na zona rural e uma na sede do município. São 951 alunos matriculados, que entram na escola às

7:20h e saem às 16:30h, recebendo nesse período quatro refeições, orientadas por nutricionista. Esse relato busca destacar o fato da maioria das escolas estarem localizadas na zona rural do município. Duas são localizadas em distritos, e três em áreas de assentamento. Durante décadas esses alunos sofreram com o descaso na educação, estudando em galpões, sem banheiro ou qualquer outra estrutura para as aulas, além de, grande parte, frequentarem turmas multisseriadas. Hoje as escolas contam com salas de informática, biblioteca, sala de música, refeitório e salas de aula adequadas. Além das disciplinas de base comum, os alunos contam com outras atividades, como: Espaços de leituras; Atividades lúdicas (recreação, jogos e brincadeiras); Linguagens artísticas e cultura popular; Apoio pedagógico de língua portuguesa e matemática; Informática; Manifestação cultural; Cooperativismo e agricultura familiar; Esporte; Canto e instrumentalização; Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Os alunos do campo aprendem, na escola, a valorizar a sua cultura, o seu modo de vida, e os alimentos que produzem. Cada escola tem a sua horta, que se desenvolve com a ajuda dos alunos e da comunidade, gerando alimentos saudáveis e de boa qualidade para o próprio consumo. A implantação das escolas de tempo integral no campo, apesar das dificuldades, eleva a autoestima desses sujeitos, antes excluídos, possibilitando que eles tenham as mesmas condições de ensino dos alunos da cidade, mas respeitando o seu local de origem e as suas peculiaridades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Educação do campo; Desenvolvimento Local Sustentável.

6. EDUCAÇÃO INTEGRAL COM INTEGRAÇÃO

Vitória Aparecida Santos Ferreira – ETEC Conselheiro Antonio Prado

A Educação Integral é vista como sinônimo de qualidade e de competência, associada à ideia de ótima infraestrutura, o que resultaria na melhor formação dos estudantes. Envoltos em uma aura de “excelência irrefutável”, a Educação Integral é

buscada por muitos responsáveis. O ensino integral, que recebi durante o Ensino Médio, em uma instituição pública, correspondeu a essas expectativas.

Entrar na ETECAP parecia um desafio, pois havia uma seleção. O desejo se avivou com as visitas em 2014 ao local, que era diferenciado: fiquei surpresa com a união dos estudantes e boquiaberta com os laboratórios, ausentes na escola estadual que frequentava no Ensino Fundamental. Inicialmente, pensei que seria complicado, pois o período de estudos em sala se prolongaria e, devido às várias disciplinas – dezenove no primeiro ano –, a dedicação fora da escola aumentaria, o que de fato aconteceu. Algumas desmitificações ocorreram, como, por exemplo, que a vida pessoal seria prejudicada pela Educação Integral. Gradativamente, percebi que era possível conciliar o estudo para provas, a confecção de trabalhos etc. com o lazer. Além disso, o espaço escolar tem uma função que ultrapassa a sala de aula: ele pode se tornar lugar agradável, de interação social, onde a amizade traz conforto, solidariedade e mútua motivação. Deparei-me com alunos reclamando de estudar para diversas provas em datas próximas, irritando-se por ter que abdicar de um passeio e lamentando a rotina de acordar cedo e chegar tarde em casa. Acredito que as poucas horas de sono, pressão por ter boas notas, medo dos resultados das avaliações, cansaço com o deslocamento foram a causa desse estresse, o qual faz a Educação Integral parecer um incômodo. Via de regra, esses episódios de tensão e exaustão se estenderão durante a vida profissional; eles nos preparam para o futuro, são acompanhados da consolidação da maturidade e, ainda, são sucedidos pela sensação de realização. Esse suposto fardo que é a Educação Integral é, pois, um privilégio, pelo qual torço para que se torne um direito um dia, para todo adolescente brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral, Ensino Médio, adolescência.

7. INTEGRALMENTE UM ESTUDANTE

Gabrielle Cristine Toledo – ETEC Conselheiro Antonio Prado

Nos últimos 3 anos, cursei o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Química, na ETEC Conselheiro Antonio Prado. Minhas experiências como aluna em período

integral na ETECAP são de intensidade e diversidade. Porém, posso dizer que nem sempre foi assim, é assustador para alguém que acabou de sair de uma escola de Ensino Fundamental com aulas em meio período, com oito disciplinas passar a ter dezoito. Tantas disciplinas diferentes possibilitam a aprendizagem de matérias distintas, a variedade instiga novas reflexões. Além disso, a vivência na escola, as relações, o reconhecimento dos diferentes estilos, orientações sexuais, identidades de gênero e classes sociais ficam mais evidentes num período mais extenso dentro da escola. Além do crescimento acadêmico, foram 3 anos de crescimento pessoal.

Uma grande diferença foi a variedade de atividades escolares oferecidas, que estimulam a criatividade, o autoconhecimento e a descoberta de vários tipos de arte. Passar mais tempo na escola facilita a experimentação de ramos não explorados de interação com outras pessoas, por exemplo numa apresentação de teatro.

Passado o susto inicial, as vantagens aparecem: você aprende a se organizar melhor e otimizar seu tempo, afinal você sai de casa ao amanhecer e chega quando o dia terá ido quase por inteiro. Estudar em período integral numa escola grande obriga-nos a maior responsabilidade, a decidir por nós próprios, já que passamos mais tempo sob nosso próprio comando e senso de certo e errado.

Posso apontar que outra aprendizagem importante é a política, por meio da eleição que ocorre na escola a cada 4 anos para escolher o diretor. A avaliação das propostas de um candidato e o debate com os amigos para apoiar aquela pessoa que crê ser a certa, serão necessários na vida adulta, como cidadão.

O ensino médio integral evidencia um dos papéis da escola na vida de um adolescente, oferecer suporte para o que está por vir, auxiliando-o a lidar com as pessoas e entrar na vida adulta de maneira mais branda. Na ETECAP, esse período foi mais que formidável.

PALAVRAS-CHAVE: ensino médio integral; aluno; depoimento.

8. EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTEGRAL: Uma Proposta de Trabalho

Célia Regina Appio - E.E.B. Prof Aurea P. Gomes

Rosane Bona – E.E.B. - Prof Aurea P. Gomes

Danilo Simoni - FURB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 prevê no inciso I do Art. 32, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. A preocupação em trabalhar com metodologias que valorizem os saberes das famílias dos estudantes que frequentam o PENOA (Programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem) em tempo integral, e que contribuam no desenvolvimento da leitura, escrita e cálculo de modo contextualizado levou profissionais da escola a desenvolver o projeto Plantas Medicinais, especificamente um estudo sobre chás. Entende-se que a educação deve garantir o desenvolvimento dos estudantes nas dimensões intelectuais, física, emocional, social e cultural e deve constituir-se num projeto coletivo, compartilhado por todos dos integrantes da comunidade escolar e local (Referencia em Educação Integral, 2017). Este trabalho busca socializar uma experiência desenvolvida nas turmas do PENOA, a qual teve como objetivo auxiliar os estudantes a superar as dificuldades manifestadas em relação a leitura, escrita, e cálculo, e ampliar o sentido frente ao ato de codificar, decodificar símbolos, ler e escrever. Para isso, buscou-se saber, junto das famílias dos estudantes, a relação que os mesmos possuem com os chás. Essas informações foram obtidas a partir de entrevista realizada pelos estudantes, socializadas no grupo e organizadas em forma de gráfico. Da diversidade de chás, optou-se em estudar os mais comuns (alecrim, hortelã, cidreira, funcho e outros). Na sequência, eles buscaram informações no Google; fizeram resumos; canteiros na Horta Escolar; degustação de chás e sucos. E como sistematização do trabalho, os estudantes escreveram um livro sobre chás e um Portfólio onde registraram os momentos vividos. Como resultados, percebeu-se o envolvimento dos estudantes no contexto de estudo; o entusiasmo em querer fazer as atividades propostas, e a espontaneidade presente nas manifestações dos estudantes. Observou-se ainda, que os desafios propostos quanto às lacunas que, de certa forma, impossibilitavam o fluxo da aprendizagem foram vencidas, tornando o caminho mais leve e prazeroso.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Integral, Desenvolvimento Integral, Proposta Pedagógica.

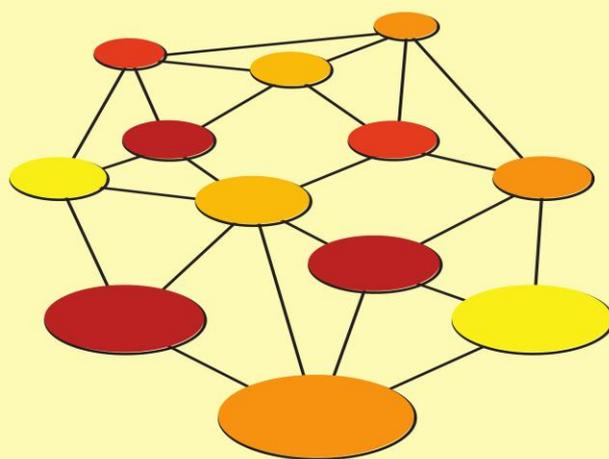
9. ESPECIFICIDADES DO COTIDIANO ESCOLAR DE UMA SALA DE 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DO INTERIOR PAULISTA

Larissa Barbosa Ferreira - UNICAMP

RESUMO: Pretende-se, nessa Roda de Conversa, compartilhar as experiências docentes de uma professora de sala regular, no período vespertino, do 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de período integral no município de Descalvado -SP, durante o ano letivo de 2017. A sala, com 24 alunos (13 meninas e 11 meninos) caracterizava-se por ser de inclusão social e de dificuldades de aprendizagem. A clientela da escola é formada, em sua maioria, por alunos de bairros periféricos, assentamentos e fazendas. O acesso à escola era feito por meio de ônibus do município. Os alunos realizavam atividades extracurriculares, oficinas de artes, jogos, informática, entre outros, no período da manhã na própria escola durante alguns dias, e esportes e danças em outro lugar com estruturas específicas para tais atividades; as aulas regulares eram realizadas no período da tarde. Os desafios da educação integral vão muito além do período que a criança está na escola; suas particularidades (como o cansaço do aluno na sala de aula no período da tarde) e modo de funcionamento influenciam diretamente a aprendizagem da sala no sentido do seu rendimento e, também, no desempenho pedagógico do professor (adaptação de aulas para os dias mais cansativos da rotina dos alunos), mostrando na prática “os formatos organizacionais pelos quais vem se dando, no Brasil, a ampliação desse tempo, entendendo-o como o período em que crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade da escola, dentro ou fora de suas dependências” (CAVALIERI, 2009). Outro fator importante nesse processo é como a participação dos pais e familiares vêm acontecendo na vida dos alunos que agora estão um tempo maior na escola, e como a questão de faltas e evasão escolar vêm se apresentando. Sobre este último, é possível relatar que os alunos vinculados ao Programa Bolsa Família quase não tinham faltas, já os outros possuíam, em sua maioria, um grande número de faltas, muitas vezes por estarem cansados das

atividades do dia anterior. Por fim, considera-se discutir como as políticas públicas vêm respaldando os alunos da educação integral, pensando se o que está garantido na lei vem sendo executado na prática das escolas.

PALAVRAS CHAVE: educação integral; prática docente; cotidiano escolar; participação dos pais; evasão escolar; políticas públicas; Programa Bolsa Família.



III SEMINÁRIO DO GEPALE E ENCONTRO DO PROCAD/CAPES

A política de educação integral no Brasil:
tensões e possibilidades

30 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018
Faculdade de Educação da Unicamp

